

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

ANEXO 20

ADOÇÃO DO SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO,
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A
EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA MOGIANA**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

1. Introdução

- 1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, nos prazos e termos estabelecidos neste ANEXO, implantar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar, manter e gerenciar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, composto por equipamentos, sensores e sistemas instalados em PÓRTICOS ao longo do SISTEMA RODOVIÁRIO, que registrem a passagem dos veículos que trafegarem pelo SISTEMA RODOVIÁRIO para assegurar a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO, sem a necessidade da parada do veículo e sem bloqueios físicos.

2. Implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

- 2.1. O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá ser implantado de maneira faseada, considerando as etapas a seguir.

Etapla 1 – Operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO existentes

- 2.2. As PRAÇAS DE PEDÁGIO existentes no SISTEMA REMANESCENTE deverão ser operadas, nos termos do ANEXO 4 e ANEXO 5, desde a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL até a respectiva CONVERSÃO.

Etapla 2 – Conversão das PRAÇAS DE PEDÁGIO e implantação dos PÓRTICOS no SISTEMA REMANESCENTE

- 2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá converter as PRAÇAS DE PEDÁGIO em PÓRTICOS no SISTEMA REMANESCENTE, conforme localização e TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO indicados no ANEXO 4.

- 2.3.1. Os PÓRTICOS deverão iniciar a sua operação conforme o prazo a seguir:

2.3.1.1. Os PORTICOS P10, P11, P13 deverão ser convertidos no 13º (décimo terceiro) mês da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, em substituição às praças de Espírito Santo do Pinhal, Águas da Prata e São João da Boa Vista, respectivamente.

2.3.1.2. Os PÓRTICOS P01, P02, P03, P04, P05, P06, P12, P14, P15, P16 deverão ser convertidos no 25º (vigésimo quinto) mês da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

2.3.1.3. Não é possível a realização da CONVERSÃO por PÓRTICO separado ou por grupo de PÓRTICOS, devendo ser respeitados os prazos dos itens 2.3.1.1 e 2.3.1.2.

- 2.4. Entende-se como CONVERSÃO o início da operação do PÓRTICO após a implantação de todas as medidas necessárias, como desativação da respectiva PRAÇA DE PEDÁGIO e instalação dos equipamentos necessários, nos termos do ANEXO 7.

- 2.4.1. Após a CONVERSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá, em no máximo 6 (seis) meses, demolir as PRAÇAS DE PEDÁGIO, de modo a promover o fluxo livre em todas as pistas da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

RODOVIA, observado o regramento previsto no ANEXO 7.

2.4.1.1. É facultado à CONCESSIONÁRIA manter estruturas adjacentes às PRAÇAS DE PEDÁGIO, desde que não impacte a segurança viária, considerando o fluxo livre do SISTEMA RODOVIÁRIO.

2.5. Cada PRAÇA DE PEDÁGIO deverá ser convertida integralmente, não sendo admitidas conversões parciais da mesma PRAÇA DE PEDÁGIO, aqui entendidas como a manutenção de alguma cabine de cobrança manual.

Etapa 3 – Implantação de novos PÓRTICOS no SISTEMA EXISTENTE

2.6.A CONCESSIONÁRIA deverá instalar novos PÓRTICOS no SISTEMA EXISTENTE, conforme localização e TCPs indicados no ANEXO 4.

2.6.1. Os PÓRTICOS P09, P17, P18 e P19 deverão ser implantados no 13º (décimo terceiro) mês data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

2.6.2. Os PÓRTICOS P07 e P08 no SISTEMA EXISTENTE deverão ser implantados no 25º (vigésimo quinto) mês data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

3. Sistema Operacional de Arrecadação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

3.1 O sistema operacional de arrecadação na modalidade SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá contemplar, no mínimo:

- i. Sistema de identificação de eixos (identificando e registrando os eixos que tocam o solo e os que não tocam e o tipo de rodagem - simples ou dupla), para identificação dos veículos;
- ii. Sistema de vídeo registro com a função de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) ou similar que seja capaz de registrar as informações do emplacamento traseiro e dianteiro dos veículos;
- iii. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento eletrônico, por meio de AVI ou outra tecnologia disponível aprovada pela ARTESP, garantindo-se a interoperabilidade com os sistemas atualmente implantados, observado o item iv abaixo, de acordo com os normativos pertinentes da ARTESP;
- iv. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento por meio da PLATAFORMA, plataforma virtual a ser disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA;
- v. Sistema de sinalização que permita ao USUÁRIO visualizar de forma clara o valor da TARIFA DE PEDÁGIO;
- vi. Sistema de controle de evasão, conforme normas técnicas;
- vii. Sistema de controle de velocidade, incluindo um radar fixo para cada faixa de rolamento

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

e acostamento localizada sob os PÓRTICOS.

- 3.1.1 Os sistemas e equipamentos deverão cumprir com os requisitos da Resolução CONTRAN nº 1.013/2024 (Art. 6º) e da Portaria SENATRAN Nº 442/2025 (Art. 3º, inciso II, e Art. 5º) ou outras que venham a substituí-las.
- 3.2 Os PÓRTICOS deverão abrigar os equipamentos necessários para registrar a passagem dos USUÁRIOS do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como viabilizar as funcionalidades exigidas no âmbito do sistema de arrecadação.
- 3.3 Os PÓRTICOS deverão estar iluminados e protegidos com dispositivos de contenção viária de forma a atender às normas vigentes e pertinentes na época de implantação e o disposto no ANEXO 6.
- 3.4 Caso, no âmbito do processo de implantação de novos ACESSOS, conforme regramento do ANEXO 7, a CONCESSIONÁRIA identifique possível impacto sobre a arrecadação, deverá comunicar à ARTESP eventuais medidas necessárias para minimizar o efeito sobre a RECEITA TARIFÁRIA, tais como: implantação de novo PÓRTICO, alterações de infraestrutura do SISTEMA RODOVIÁRIO, entre outras.
- 3.5 Caso haja impacto na arrecadação tarifária decorrente da hipótese indicada no item 3.4 acima, e desde que com anuência da ARTESP, as PARTES deverão avaliar eventual desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos investimentos necessários para implantação das medidas necessárias, nos termos de referido item, em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 3.6 Caso as PARTES optem pela implantação de um novo PÓRTICO, deverão ser observados os pressupostos da prestação dos serviços, conforme previsto no CONTRATO.
- 3.7 Os impactos sobre a arrecadação da RECEITA TARIFÁRIA decorrentes da implantação do ACESSO não serão reconhecidos como EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.
- 3.8 A regra prevista no item 3.4 tem aplicação restrita aos novos ACESSOS, sendo risco da CONCESSIONÁRIA a solução para abertura/fechamento de ACESSOS de maneira distinta da prevista no ANEXO 12 e 21.
- 3.9 Está vedada a implantação de dispositivo de controle de acesso ou passagem (cancela) nas entradas e saídas do SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 3.10 A CONCESSIONÁRIA deverá observar a Resolução CONTRAN nº 1.013, de 2024, a Portaria SENATRAN nº 442, de 2025, e a Portaria ARTESP nº 97, de 22 de dezembro de 2020, ou regulamentação vigente, no que tange aos requisitos regulamentares para implantação, operação e manutenção de Sistema de Monitoramento de Informações de Pedágio.
- 3.11 O sistema de sinalização no SISTEMA RODOVIÁRIO deve considerar:
 - 3.11.1 A previsão da implantação de sinalização vertical e horizontal de forma a garantir a informação prévia ao USUÁRIO de que o SISTEMA RODOVIÁRIO é dotado de PÓRTICOS de cobrança automática.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- 3.11.2 Que as placas de sinalização vertical de indicação e demais componentes de sinalização utilizados devem respeitar os manuais e normas vigentes de sinalização viária.
- 3.11.3 Que a sinalização horizontal e vertical deve ser prevista de forma que o USUÁRIO seja informado da existência do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE antes, durante e depois da tomada de decisão sobre adentrar e/ou permanecer na via dotada dos PÓRTICOS.
- 3.11.4 Que os locais de implantação dos PÓRTICOS deverão estar identificados com placas de sinalização vertical de indicação contendo, no mínimo, o pictograma de Cobrança Automática, SAU-27 ou outro que o substitua para essa finalidade, previsto no Regulamento de Sinalização Viária.
- 3.12 Que as seguintes informações devem ser apresentadas ao USUÁRIO, de forma simples e didática, sendo observadas as melhores técnicas de engenharia viária, garantindo a sua correta visualização:
 - 3.12.1 Utilização do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE na via;
 - 3.12.2 Valores de TARIFA DE PEDÁGIO e desconto do pagamento automático quando da passagem pelo PÓRTICO;
 - 3.12.3 Procedimentos para veículos isentos e outras situações especiais;
 - 3.12.4 Configuração de infração de trânsito no caso de não pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO;
 - 3.12.5 Local, contato telefônico ou sítio eletrônico onde o USUÁRIO possa obter mais informações;
 - 3.12.6 o cronograma de CONVERSÃO e implantação dos PÓRTICOS, reforçando a comunicação no período que anteceder a CONVERSÃO de cada PRAÇA DE PEDÁGIO e implantação dos PÓRTICOS, em prazo hábil, não inferior a 90 (noventa) dias para que o USUÁRIO seja informado sobre a futura cobrança ou mudança da forma de cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e se adapte à nova sistemática;
 - 3.12.7 a forma de cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO e opções de pagamento, deixando claro que:
 - 3.12.7.1 o USUÁRIO que não realizar o pagamento de forma automática quando da passagem pelo PÓRTICO não incorrerá, imediatamente, em infração ao utilizar o SISTEMA RODOVIÁRIO e poderá realizar o pagamento posteriormente via PLATAFORMA no prazo definido pela regulação vigente;
 - 3.12.7.2 o USUÁRIO que não realizar o pagamento voluntário pela PLATAFORMA no prazo previsto na regulação, contados da passagem pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO incorrerá em infração de evasão sujeita à multa de trânsito, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157, de 1º de junho de 2021.
 - 3.12.8 a forma de acesso à PLATAFORMA, bem como o prazo e as formas de pagamento permitidas no âmbito da PLATAFORMA;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- 3.13 A ausência da disponibilização das informações acima ao USUÁRIO acarretará aplicação da penalidade prevista no ANEXO 11.
- 3.14 Em prazo não inferior a 6 (seis) meses da implantação de cada conjunto de PÓRTICOS, nos termos deste ANEXO, até, pelo menos, 1 (um) ano após a implantação integral do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, a CONCESSIONÁRIA deverá, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, desenvolver e implementar campanha publicitária, incluindo mas não limitado a ações de publicidade, assessoria de imprensa, comunicação direta com USUÁRIO, conteúdo em mídias sociais e outros que fizerem sentido, com o objetivo de informar os USUÁRIOS sobre: (i) o funcionamento geral do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE; (ii) a forma e o prazo de pagamento; (iii) a localização dos PÓRTICOS; (iv) os benefícios do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.
- 3.14.1 O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, e desde que de forma justificada, solicitar a realização das ações indicadas acima em prazo superior ao previsto neste ANEXO ou em momento diverso do estabelecido no item acima.
- 3.15 A CONCESSIONÁRIA também deverá disponibilizar em seu sítio na internet e demais plataformas pertinentes (e.g. aplicativo para celulares) os valores de TARIFA DE PEDÁGIO vigentes de todas as CATEGORIAS, para cada PÓRTICO.
- 3.16 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP, relativamente a cada local de implantação dos PÓRTICOS de cobrança, relatório contendo: (i) a identificação e detalhamento das interferências existentes; (ii) o número de faixas integrantes da respectiva seção de cobrança; e (iii) os planos de operação, administração e manutenção dos PÓRTICOS.
- 3.17 Deverão ser apresentados à ARTESP, para cada seção de cobrança, projetos de terraplenagem, quando aplicável, de drenagem, pavimento, sinalização, iluminação, estrutura dos PÓRTICOS, equipamentos e sistemas.
- 3.18 Deverá ser mantida sob os PÓRTICOS, na seção de cobrança, a mesma configuração do trecho rodoviário, incluindo acostamentos.
- 3.19 Somente no caso de trechos em pista simples, a CONCESSIONÁRIA deverá manter pelo menos 3 faixas de rolamento, incluindo os acostamentos. Caso a implantação da terceira faixa de rolamento não seja possível por restrições físicas e/ou comprometimento da segurança viária, a ARTESP poderá dispensar a CONCESSIONÁRIA desta obrigação.
- 3.20 Para fins do item acima, consideram-se restrições física, por exemplo, necessidade de desapropriação, supressão de vegetação, necessidade de contenção, entre outros.
- 3.21 A fim de cumprir a obrigação prevista no item 3.16, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar terceira faixa com dimensão de 3,5m de largura em extensão de no mínimo 50m metros antes e 50m metros depois do PÓRTICO.
- 3.21.1 Caso haja restrições físicas para implantação desta faixa, a CONCESSIONÁRIA poderá propor parâmetros distintos, sujeito a aprovação da ARTESP.
- 3.22 A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implantar sistema, plenamente auditável, com acesso franqueado à ARTESP de maneira online, para registro de todas as transações referentes

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

ao SISTEMA RODOVIÁRIO, contemplando as informações necessárias para fiscalização da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, incluindo as TRANSAÇÕES VÁLIDAS e as TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, observado o disposto no ANEXO 5 e APÊNDICE F.

- 3.23 A ARTESP realizará auditoria nos softwares de controle empregados para controlar e gerenciar as transações efetuadas nos PÓRTICOS. Para tanto, o sistema a ser implementado pela CONCESSIONÁRIA deverá possuir preferencialmente acesso via web e atualização de dados em tempo real, com disponibilização de pares de usuário/senha para consulta da ARTESP.
- 3.24 O exame dos registros e a identificação do veículo infrator, seguido de eventuais emissões de autos de infração, será da responsabilidade do DER/SP, nos termos do presente ANEXO.
- 3.25 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento da qualidade dos registros dos veículos infratores, de forma a garantir o atendimento aos padrões e requisitos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE e pelas especificações técnicas da ARTESP e ou do DER, conforme o caso.
- 3.26 Os equipamentos do sistema de arrecadação deverão armazenar, nos próprios PÓRTICOS, os registros dos veículos que transitarem no SISTEMA RODOVIÁRIO, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, sendo que a CONCESSIONÁRIA deverá manter os dados armazenados e disponíveis à ARTESP por todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 3.27 O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá operar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Será registrado o tempo diário de inoperância para todos os elementos do sistema, para fins de cálculo do tempo de inoperância mensal. Nos casos em que houver inoperância de equipamentos em virtude de falhas, falta de manutenção e/ou procedimentos de certificação, devem ser atendidos os procedimentos, prazos e demais condições formalmente estabelecidas pela ARTESP e PODER CONCEDENTE.
- 3.28 Os PÓRTICOS devem prever plataforma para trabalho aéreo de modo que não seja necessário o fechamento das faixas de rolamento e/ou acostamentos nas situações em que seja preciso acessar o PÓRTICO.
- 3.29 A CONCESSIONÁRIA poderá fechar seções das faixas de rolamento sob os PÓRTICOS para a realização de procedimentos de manutenção e/ou certificação, caso necessário e mediante comunicação prévia à ARTESP, desde que não inviabilize a passagem de USUÁRIOS pelo PÓRTICO e a correspondente arrecadação das TARIFAS DE PEDÁGIO, e desde que não afete o nível de serviço para além dos limites estabelecidos no CONTRATO e seus ANEXOS.
- 3.30 Antes de cada PÓRTICO deverá ser previsto um sistema de detecção e controle de altura. O gabarito mínimo do vão livre será de 5,50m para o PÓRTICO.
- 3.31 É obrigatória a instalação de Sistema de Sensoriamento de Tráfego nas proximidades das localidades previstas para instalação de PÓRTICOS, observado o disposto no ANEXO 7.
- 3.32 A CONCESSIONÁRIA deverá implementar sistema que possua redundâncias capazes de identificar USUÁRIOS que tenham transitado pelos PÓRTICOS e, eventualmente, não puderam ser registrados pelos equipamentos responsáveis por sua identificação e cobrança, inclusive por meio do cruzamento de informações (e.g., contadores de tráfego, SATs, câmeras com capacidade de reconhecimento óptico de caracteres).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

4. Início da OPERAÇÃO COMERCIAL dos PÓRTICOS

4.1 A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para iniciar a operação comercial dos PÓRTICOS quando:

- 4.1.1 Tiver concluído os investimentos necessários para a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, no que se refere a cada PÓRTICO;
- 4.1.2 Tiver concluído o PII ou o PAI, conforme o caso, especificados no ANEXO 6;
- 4.1.3 Tiver concluído a implantação da PLATAFORMA;
- 4.1.4 Os PÓRTICOS tiverem sido homologados pelo CONTRAN, conforme Resolução Contran n. 1.013/2024 e os procedimentos definidos pela Portaria SENATRAN nº 442/2025,
- 4.1.5 Tiver aderido ao SISTEMA CLEARING FREE FLOW por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento da Conta Free Flow e da Conta Reserva, conforme previsto no Anexo 1 do REGULAMENTO DA CONTA FREE FLOW E DA CONTA RESERVA.

4.2 Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens 4.1 e 4.2, em até 30 (trinta) dias, a ARTESP deverá verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas acima, levando em consideração os critérios previstos neste ANEXO e no ANEXO 5 e 7.

- 4.2.1 A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar o início da vistoria pela ARTESP em até 90 (noventa) dias da data prevista para o cumprimento das referidas condições.
- 4.2.2 Recebida a solicitação de que trata o item 4.2.1, a ARTESP deverá, em até 45 (quarenta e cinco) dias, enviar relatório para a CONCESSIONÁRIA com as principais condicionantes para o início da operação comercial.
- 4.2.3 A constatação pela ARTESP de “não conformidades” que não representem risco à segurança do tráfego da via não impedirá o início da operação comercial. A ARTESP poderá autorizar a operação comercial quando não houver impedimento ao tráfego seguro nas vias, sem prejuízo da necessidade de cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das condicionantes apontadas pela agência quando da autorização em prazo compatível com a complexidade das intervenções, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

4.3 Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas dos itens 4.1 e 4.2. acima, a ARTESP comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à operação dos PÓRTICOS, observado o item 4.2.3.

5. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

- 5.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, no âmbito da implantação e gerenciamento do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, sem prejuízo das demais exigências correlatas, dispostas no CONTRATO e ANEXOS:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- 5.1.1. Observar, de maneira estrita, o disposto neste ANEXO e no CONTRATO;
- 5.1.2. Identificar os veículos que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades e nos prazos disponibilizados, nos termos deste ANEXO, e da legislação e normativas aplicáveis;
- 5.1.3. Disponibilizar, direta ou indiretamente, plataforma digital para pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, que seja plenamente auditável, para os USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento automático e imediato, por meio dos meios de pagamento disponibilizados (PLATAFORMA);
- 5.1.4. Elaborar relatórios a serem entregues ao DER, na forma e periodicidade prevista no âmbito do SISTEMA CLEARING FREE FLOW;
- 5.1.5. As informações deverão ser plenamente auditáveis e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos infratores, nos termos do ANEXO 5, além de permanecerem armazenadas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.
- 5.1.8. Permitir a fiscalização da arrecadação;
- 5.1.9. Elaborar mapas estatísticos de tráfego e arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO;
- 5.1.10. Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- 5.1.11. Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- 5.1.12. Controlar a arrecadação por PÓRTICO, data, horário e demais procedimentos de compartilhamento de informações estipulados pela ARTESP;
- 5.1.13. Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nos PÓRTICOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos dois níveis de registro, com dados sobre o tipo de veículo, o número de eixos e as características de rodagem, a saber:
 - i. Informação física do registro da passagem do veículo, caso existente sensor de pista no SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;
 - ii. Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nos PÓRTICOS e informação do registro físico de tráfego;
- 5.1.13.1. Todas as informações acima também deverão ser disponibilizadas e interoperáveis com os sistemas da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), mediante a arquitetura de comunicação estabelecida em normativo federal.
- 5.1.14. Permitir a integração das informações com o CCI conforme os termos estabelecidos no CONTRATO;
- 5.1.15. divulgar que o Sistema de Comunicação ao Usuário, implantado nos termos do ANEXO 5, também receberá dúvidas sobre a forma de pagamento da TARIFA DE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;

5.1.16. colaborar na identificação dos veículos que não efetivarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

5.1.17. elaborar campanha de publicidade para incentivar a adoção do AVI pelos USUÁRIOS.

6. PLATAFORMA

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação e gerenciamento da PLATAFORMA, com acesso via web e/ou aplicativo mobile, plenamente auditável, que deverá possibilitar que os USUÁRIOS que não efetuaram o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO possam realizar a consulta de débitos e realizar pagamentos, nos prazos e nas condições estabelecidos neste ANEXO e na regulação aplicável, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela adoção de todos os procedimentos necessários e pelo pagamento de todos custos e despesas aplicáveis.
- 6.2. A PLATAFORMA deverá ser compatível com os sistemas da ARTESP, de modo que seja possível a criação de uma plataforma única de todas as concessões, devendo, em qualquer hipótese, assegurar a interoperabilidade e a sincronização dos dados de registros de passagem e pagamento com os sistemas da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), conforme a Resolução CONTRAN nº 1.013/2024 e a Portaria SENATRAN nº 442/2025. À medida que a ARTESP disponibilize plataforma web ou aplicativo único integrado para todas as concessões do Estado de São Paulo, a CONCESSIONÁRIA ficará responsável por realizar a migração/integração para dentro desta plataforma, mantendo sempre a conformidade com as exigências federais de interoperabilidade.
- 6.3. A CONCESSIONÁRIA também poderá prever outras formas de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, como por exemplo aplicativos, totens de autoatendimento, pagamento instantâneo (PIX), disponibilização de locais conveniados para pagamento físico, entre outros observada a regulamentação vigente.
- 6.4. Os meios eletrônicos de pagamento deverão assegurar o envio automático da arrecadação à CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.
- 6.5. Nos casos de pagamento viabilizado nos termos do item 6.4 acima, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir o depósito de tais valores na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA no prazo de até 2 (dois) dias contados da data da respectiva arrecadação.
- 6.6. O USUÁRIO que não tiver efetuado o pagamento automático e imediato durante a sua passagem pelo PÓRTICO (i) por não deter dispositivo de pagamento automático quando da passagem do PÓRTICO; ou, (ii) detendo dispositivo, não haver processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá realizar o pagamento por meio da PLATAFORMA, ou por qualquer outra forma disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 dias, nos termos da Resolução Contran n. 1.013/2024, ou outra que a substitua, contados da passagem do respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- 6.7. A não efetivação do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, no prazo indicado no item 6.6 e observado disposto no item 6.8, constituirá evasão para fins do CONTRATO e acarretará a emissão de auto de infração por evasão pelo DER/SP, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e da Resolução Contran n. 1.013/2024.
- 6.8. A utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO por USUÁRIO que não detenha dispositivo de pagamento automático quando da passagem do PÓRTICO não é caracterizada como infração de trânsito, de modo que o USUÁRIO somente será autuado por evasão caso deixe de efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na forma estabelecida no item 6.6, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.
- 6.9. Sem prejuízo do disposto no item 6.6, a CONCESSIONÁRIA poderá desenvolver formas de interação com o USUÁRIO a fim de comunicar o não processamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO, inclusive mediante celebração de convênios com as OSAs que regem a transferência de tais informações.
- 6.10. O prazo para o DER/SP emitir o auto de infração será contado a partir da materialização da infração de trânsito, ou seja, no dia seguinte ao exaurimento do prazo concedido ao USUÁRIO para realizar o pagamento voluntário na PLATAFORMA ou por qualquer outra forma disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 6.6 e observado o disposto no item 6.8.
- 6.11. Caso o USUÁRIO venha a realizar o pagamento dentro do prazo descrito no item 6.6, a receita auferida será devidamente registrada e comporá a RECEITA TARIFÁRIA, devendo ser depositada na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.
- 6.12. A PLATAFORMA deverá permitir que todos os USUÁRIOS que tiverem utilizado o SISTEMA RODOVIÁRIO possam efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO devida pela passagem pelo PÓRTICO, utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.
- 6.13. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, por meio da PLATAFORMA, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste ANEXO e no ANEXO 5, página com instruções sobre as modalidades e os procedimentos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE do SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 6.14. Nos termos da Resolução Contran nº 1.013/2024, o pagamento da multa de trânsito decorrente da infração de evasão não desobriga o USUÁRIO de realizar o pagamento das TARIFAS DE PEDÁGIO, ainda que após decurso do prazo de 30 (trinta) dias a contar da passagem pelo PÓRTICO.
- 6.15. A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar medidas coercitivas para garantir o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO após o transcurso do prazo para pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO.
- 6.16. Para fins do cumprimento da obrigação do item acima, a CONCESSIONÁRIA deverá: (i) garantir o acesso à PLATAFORMA, e a qualquer outro método de pagamento, pelo USUÁRIO após o referido prazo; e (ii) informar o DER sobre eventuais transações que se enquadrem

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

nessas circunstâncias para desconto no COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA subsequente, sob pena de penalidade aplicável nos termos do ANEXO 11.

- 6.17. O regramento disposto neste ANEXO poderá ser alterado ou adequado a eventual norma superveniente, em especial daquelas emanadas pelo CONTRAN, que regulamente aspectos relacionados ao prazo para pagamento na PLATAFORMA, à autuação de USUÁRIOS infratores, notadamente em relação às condições, procedimentos pertinentes, forma de identificação dos veículos e emissão das competentes autuações.

7. Cobrança Coercitiva de Tarifa pelo Poder Concedente

- 7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar os veículos dos USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, por meio das modalidades permitidas e nos prazos disponibilizados, conforme previsto neste ANEXO e na regulação aplicável.
- 7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar transações que não foi capaz de registrar e produzir as informações pertinentes e necessárias, conforme legislação vigente e normatização sobre o tema, para identificação dos USUÁRIOS não optantes pelo pagamento automático que transitaram pelos PÓRTICOS instalados na rodovia, inviabilizando, portanto, (i) a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO por meio do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE e (ii) eventual autuação pelo PODER CONCEDENTE.
- 7.3. A relação entre USUÁRIOS e OSAs é estritamente privada e não afeta a CONCESSÃO. Desse modo, eventual inadimplência dos USUÁRIOS perante determinada(s) OSA(s) não gera reflexos perante a CONCESSÃO.
- 7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá envidar todos os esforços para sugerir à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE e/ou implementar diretamente mecanismos com vistas a reduzir a evasão de que trata o artigo 209-A, da Lei nº 9.503 de 23 de setembro 1997, no SISTEMA RODOVIÁRIO.

8. COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

- 8.1. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será equivalente ao somatório trimestral das (i) TARIFAS DE PEDÁGIO cobradas e não pagas por aqueles que passaram a ser considerados USUÁRIOS INADIMPLENTES, decorrentes de 95% do montante das TRANSAÇÕES VÁLIDAS e; (ii) 100% do montante das TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, não sendo considerados como USUÁRIOS INADIMPLENTES aqueles relacionados às TRANSAÇÕES INVÁLIDAS.

8.1.1. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será paga pelo PODER CONCEDENTE com periodicidade trimestral, na forma deste ANEXO.

8.1.2. Não serão objeto da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, devendo ser arcados pela CONCESSIONÁRIA, os prejuízos observados em decorrência de: (i) 5% do valor total das TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por USUÁRIOS INADIMPLENTES em TRANSAÇÕES VÁLIDAS; e (ii) 100% do valor total das

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

TARIFAS DE PEDÁGIO devidas por USUÁRIOS em TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, excluídas TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS.

- 8.1.3. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA só é aplicável no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, de modo que não haverá pagamento pela COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA para PRAÇAS DE PEDÁGIO.
- 8.2. A COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será paga trimestralmente com recursos depositados no SISTEMA CLEARING FREE FLOW.
- 8.2.1. O valor referente à COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será depositado na CONTA CENTRALIZADORA.
- 8.2.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento da Conta Free Flow e da Conta Reserva indicar a CONTA CENTRALIZADORA como veículo de recebimento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA.
- 8.2.2.1. Caso a CONCESSIONÁRIA venha a receber valores associados à COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA em qualquer outra conta deverá verter, integralmente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, à CONTA CENTRALIZADORA, sob pena das penalidades cabíveis.
- 8.3. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP farão com que as obrigações previstas nos instrumentos legais do SISTEMA CLEARING FREE FLOW, conforme ANEXO 16, sejam integralmente observadas a fim de viabilizar o pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA.
- 8.4. Caso não haja recursos suficientes no SISTEMA CLEARING FREE FLOW para fazer frente ao pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, a CONCESSIONÁRIA poderá optar pelo uso dos recursos da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, o que acontecerá mediante notificação da ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO em até 5 (cinco) dias após a constatação da insuficiência, ou pelo recebimento da parcela não quitada de forma acumulada no trimestre subsequente, observado o rito previsto neste ANEXO.
- 8.5. As PARTES poderão rever o processo de implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, observado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 8.6. O DER/SP aplicará multa de evasão aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, bem como Resolução Contran nº 1.013/2024.
- 8.7. A não aplicação da multa, pelo DER/SP, e/ou a ausência do pagamento do valor da multa pelo USUÁRIO não obsta a COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA em favor da CONCESSIONÁRIA.